

Missões dos Institutos Politécnicos à Finlândia e Holanda

Datas: 24 a 28 de outubro de 2016; 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2017.

Participante: João Paulo Barros (Pró-Presidente, IPBeja)

Resumo das práticas observadas na Finlândia e Holanda e sua ligação ao sistema nacional:

Práticas de ensino/aprendizagem:

Verificou-se uma grande valorização do trabalho autónomo dos alunos em ambientes informais em colaboração com entidades externas, suportada por ciclos de estudos que incluem a creditação desse tipo de trabalho. Existe um forte apoio ao empreendedorismo quer para alunos quer para docentes (vide ponto relativo ao trabalho docente).

- A legislação nacional pressupõe um tipo de ensino tradicional que prevê aulas teóricas (expositivas/magistras). De forma largamente maioritária, estas aulas teórico-práticas e práticas são ainda as que enquadram o tipo de ensino que os atuais docentes conheceram enquanto alunos e que conduzem e sempre conduziram enquanto docentes.
- A reduzida inovação nos métodos de ensino/aprendizagem é acompanhada e alimentada pela rigidez dos currículos e na respetiva atribuição de créditos ECTS. Esta é por vezes maior para formações feitas no exterior do que para as próprias formações no ciclo de estudos.
- De um modo geral, o conhecimento/entendimento sobre práticas de ensino ativas, centradas no aluno é baixo e a sua efetiva aplicação é ainda mais reduzida.
- Existe uma natural resistência à mudança para esse tipo de ensino. Essa resistência é alimentada não apenas pela tradição e desconhecimento de outras práticas, mas também pela legislação e avaliações existentes para os ciclos de estudos.

Espaços físicos

Observou-se a existência de uma grande diversidade de espaços físicos de grande qualidade.

- Os espaços nas nossas escolas são ainda em grande parte o espelho das práticas de ensino/aprendizagem baseadas no professor (aula magistral) e/ou no trabalho em laboratório também acompanhado pelo docente. A proporção de espaços físicos diversificados e adequados ao trabalho autónomo e em equipa por parte dos alunos é ainda baixa.

Flexibilidade quanto ao trabalho dos docentes e colaboração das entidades

Notou-se a facilidade com que os docentes podem ter a sua própria empresa e mesmo terem os seus próprios alunos a trabalhar na mesma, por vezes no mesmo campus. Pelo menos na Finlândia, não parece existir o conceito de exclusividade do docente.

- A flexibilidade existente parece resultar, no essencial, de uma diferença cultural entre *partir da desconfiança* ou *partir da confiança*. Esta diferença de atitude condiciona de formas muito distintas o que cada docente, aluno e entidade pode e/ou está disponível para fazer ou não fazer e constitui, possivelmente, a maior diferença entre os sistemas visitados e o nacional. Os dois pontos seguintes parecem ser favorecidos por essa atitude de confiança *a priori*.
- Cada docente pode dedicar-se em maior ou menor grau a cada tipo de tarefa (letiva, administrativa ou científica) sem que exista um prejuízo para o mesmo ou para a instituição.
- Parece existir uma grande disponibilidade das entidades externas para aceitar trabalhos feitos por alunos ainda que a meio dos respectivos estudos.

Diferenciação entre ensino politécnico (*universities of applied sciences*) e ensino universitário (*academic universities*)

Quer na Finlândia quer na Holanda existe uma clara diferença entre os dois tipos de ensino

- Em Portugal não tem existido uma diferenciação (tão) clara entre os dois tipos de ensino. Com o Regime jurídico das instituições de ensino superior de 2007, e com concomitante processo de Bolonha, os dois regimes ficaram ainda muito mais próximos quer ao nível das formações e objetivos quer ao nível das carreiras.
- O aspeto mais diferenciador entre os dois sistemas parece ser a impossibilidade do ensino politécnico atribuir o grau de doutor. Tal tem favorecido uma vontade de uma ainda maior aproximação entres os dois sistemas, diminuindo as diferenças.
- Esta semelhança entre ensino politécnico e universitário em Portugal está também espelhada na avaliação realizada pela A3ES que apenas se diferencia de forma significativa no fato de os trabalhos à comunidade poderem, eventualmente, ser vistos como forma de compensar (para efeitos de avaliação) a existência de um menor número de publicações científicas, nomeadamente em revistas e capítulos em livro.

- Esta semelhança acompanhada da proibição de atribuir o grau de doutor tem reforçado a ideia generalizada de que os politécnicos são universidades de segunda.
- Na Finlândia e Holanda as *universities of applied sciences* também não podem atribuir o grau de doutor. A grande diferença é que não parece existir uma vontade de o fazerem. Tal parece resultar de as mesmas não serem vistas como inferiores às *academic universities*, mas sim como diferentes embora em pé de igualdade.
- Parece claro que para caminharmos no sentido de um sistema mais semelhante ao da Finlândia e Holanda, em que os dois tipos de ensino se diferenciam de forma clara mas com igual reconhecimento e valor, não é necessário que os politécnicos atribuam o grau de doutor, mas é claramente necessário que alterem de forma muito significativa os métodos de ensino/aprendizagem em especial no que respeita ao aumento do trabalho dos alunos enquadrado por colaborações efetivas e permanentes com as entidades da região em que cada politécnico se insere.

Beja, 11 de março de 2017